

A operação antifilosófica da teoria do significante em Lacan

Alberto Warmling Candido da Silva¹

Vinicius Anciães Darriba²

Resumo

O presente artigo aborda a teoria do significante, tal como articulada por Lacan, em conjunto com os aspectos filosóficos que sua proposta levanta. Nossa tese é que há uma operação antifilosófica presente na assimilação do conceito de significante em Lacan. Propomos, como argumento central, que alcançar a radicalidade dessa assimilação requer uma crítica a determinadas posições históricas da filosofia, concernente particularmente à tradição metafísica. Para tanto, inicialmente, no artigo apresentamos a questão da antifilosofia em Lacan, tendo como fundamento o trabalho do filósofo Alain Badiou como guia nessas tomadas de posição em relação à filosofia. Com essa apresentação, desejamos levantar os aspectos que se referem às consequências epistemológicas do significante e as questões provocadas pela antifilosofia lacaniana. Como objetivo, a partir dessa leitura, percorremos a construção histórica da concepção lacaniana de significante e realizamos um debate entre antifilosofia e temas centrais, como o sentido, o inconsciente, a metáfora e a metonímia. Ao final, estabelecemos que a relação entre filosofia e psicanálise, na via antifilosófica, não sinaliza simplesmente uma crítica ou rejeição ao filosófico, mas a possibilidade de uma razão ou verdade que aceita a determinação significante.

Palavras-chave: Antifilosofia, Significante, Inconsciente, Metafísica, Linguagem.

¹ Psicanalista. Doutorando em Psicanálise pela Universidade do Estado do Rio de Janeiro (UERJ) (Rio de Janeiro, Brasil). Mestre em Psicanálise pela Universidade do Estado do Rio de Janeiro. Graduado em Psicologia pela Universidade Federal do Mato Grosso do Sul (UFMS). Orcid: <https://orcid.org/0000-0002-2158-5998>. E-mail: albertowarmling@gmail.com.

² Professor associado do Instituto de Psicologia da Universidade do Estado do Rio de Janeiro (UERJ). Doutor em Teoria Psicanalítica pela Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ). Bolsista Pq CNPq e Bolsista Prociência Uerj (Rio de Janeiro, Brasil). Orcid: <https://orcid.org/0000-0002-9986-6554>. E-mail: viniciusdarriba@gmail.com.

Introdução

A teoria do significante em Lacan é uma peça-chave para compreender uma série de consequências sobre o seu projeto de retomada da obra freudiana. Do ponto de vista histórico de seu ensino, o trabalho de Lacan relacionado ao significante pode ser situado nos textos que compreendem o que Milner (1996) chamou de primeiro classicismo. Trata-se de um momento em que inúmeras questões teóricas são referenciadas à linguística de Saussure e suas consequências em autores como Jakobson (1978) e Lévi-Strauss (1945/1996, 1949/1996). Graças ao instrumental desses autores, em conjunto com a ênfase sobre o conceito de significante, Lacan pôde reler o inconsciente segundo um funcionamento que encontra homologia em estruturas de linguagem (metáfora e metonímia). A fala (*parole*), por sua vez, se torna um elemento crucial para pensar a eficácia do processo analítico. Nesse ponto, encontra no conceito de significante importante justificação.

Porém, se o significante tem seu rigor epistemológico nos elementos trazidos do movimento estruturalista, seu alcance em termos de consequências teóricas e metodológicas parece vir acompanhado de forte crítica a certas posições filosóficas. Nesse momento dos anos 1950, trabalhando em torno do signo linguístico e se utilizando de seu conceito de letra, Lacan (1957/1998) vai apontar o que ele denomina de nominalismo e conceitualismo, que ainda estariam presentes no trabalho de Saussure e que precisariam ser superados na psicanálise. Portanto, existe uma perspectiva de que certas questões filosóficas parecem ser entraves para se reconhecer a verdadeira radicalidade do legado freudiano acerca do inconsciente. Aceitar essas consequências implica, entre outras coisas, mudar nosso entendimento da relação entre a fala e o sentido. Ou antes ainda, entre ser e sentido.

Neste artigo, nossa tese é que existe uma operação antifilosófica na assimilação lacaniana do conceito de significante. Tal ideia consiste em apontar que, para avançar em entendimentos sobre o alcance teórico do significante, é necessário destituir certos entendimentos produzidos a partir de determinada compreensão de filosofia e metafísica. Em particular, a ontologia aristotélica como lugar da ideia em que o sentido tem ligação com o ser e é único (Cassin, 2017). Para tanto, nossos desenvolvimentos no decorrer do artigo serão esboçados tendo como embasamento dois trabalhos consecutivos. Por um lado, mostraremos as origens, as mudanças e as questões conceituais e epistemológicas do significante. Por outra via, as questões de antifilosofia serão contempladas de maneira a indicar a posição lacaniana em torno da ontologia, em especial a ontologia aristotélica.

Inicialmente, daremos mais detalhes do que trata a noção de antifilosofia em Lacan, sendo guiados especialmente pela leitura de Badiou (2018). A ideia é que certas posições de Badiou (2018) fornecem elementos para compor o que chamamos de operação antifilosófica. Em face disso, neste artigo, priorizaremos as questões lacanianas em torno de temas como o sentido, o inconsciente, o inconsciente estruturado como uma linguagem, a letra (*lettre*) e as estruturas da metáfora e da metonímia. Em um primeiro momento, apresentaremos a problemática da antifilosofia, principalmente a relação que nos parece interessante entre antifilosofia e autonomia do significante. Posteriormente, analisaremos mais detalhadamente as origens e as consequências marcantes do conceito de significante na fonologia e na teoria

de Lévi-Strauss (1949/1996) sobre o inconsciente e a linguagem. Por último, mostraremos a epistemologia lacaniana relacionada à dimensão significativa em questões relativas ao inconsciente e seu funcionamento com base em uma estrutura de linguagem e o modo como suas elaborações tocam questões da antifilosofia.

A problemática da antifilosofia em Lacan

Lacan (1975/2003, 1980)³ se refere ao termo antifilosofia apenas em dois momentos durante seu ensino. Apesar disso, um desses momentos é bastante notório. Trata-se da conferência *Talvez em Vincennes* (Lacan, 1975/2003), quando coloca a antifilosofia no rol das disciplinas que seriam necessárias à formação do analista, junto com a linguística, a lógica e a topologia. Ao esboçar a necessidade da antifilosofia para os psicanalistas, contrariamente a seus comentários sobre as outras disciplinas, Lacan (1975/2003) profere um argumento bastante enigmático. Como de costume, mordaz quando o assunto envolve filosofia:

Antifilosofia – Como eu intitularia de bom grado a investigação do que o discurso universitário deve à sua suposição “educativa”. Não é a história das ideias, tão triste que é, que dará conta do recado. Uma coletânea paciente da imbecilidade que o caracteriza permitirá, espero, destacá-la em sua raiz indestrutível, em seu sonho eterno. Do qual só existe despertar particular (p. 318).

De todo modo, nossa intenção não é tentar avançar nesse comentário, quando, nessa ocasião, Lacan parece equivaler a história da filosofia ao discurso universitário. Grande parte dos comentadores de Lacan não parece ter encontrado grandes consequências nessa caracterização. Sobre isso, acerca da literatura sobre o tema da antifilosofia em Lacan, encontram-se em destaque os desenvolvimentos de Badiou (1997, 2018), Badiou e Cassin (2013) e recentemente Tomšič (2018). Apesar disso, outros autores como Aléman (2001), Dunker (2017), Milner (1996), Regnault (1997), Simanke (2005) e Soler (2006) também escreveram sobre o assunto, embora com entendimentos e assimilações bastante distintos.

Soler (2006) enfatizou a ideia de antifilosofia ligada ao automatismo do significante em Lacan, ressaltando a escrita matemática e a letra como a única forma de superar a transmissão marcada pela consciência e a transferência. Regnault (1997) e Milner (1996) não procuraram desenvolver teoricamente o tema. Regnault (1997) preferiu apontar que a noção de antifilosofia de Lacan em Vincennes é uma espécie de reação ao recém-publicado *Anti-Édipo*, de Deleuze e Guattari. Milner (1996) argumenta que os dois momentos em que Lacan fez uso do termo foram mais alguns de seus vários embates com a filosofia. Aléman (2001), assim como os últimos dois, ressaltou a incipiência de alguma conceitualização consistente sobre o que Lacan chamou de antifilosofia. Para Aléman, o termo reflete mais uma das especificidades da transmissão lacaniana. Por sua vez, Simanke (2007) adotou um tom mais crítico em relação

³ Outra circunstância em que Lacan (1980) utiliza o termo antifilosofia é no texto *Monsieur A*, em referência à obra do escritor dadaísta Tristan Tzara (*Manifesto do senhor aa, o antifilósofo*). Nesse pequeno texto, Lacan se coloca como antifilósofo ao estilo do manifesto e ainda fala brevemente sobre os comentários que o acusam de ser alguém que se insurge contra a filosofia.

à apropriação da filosofia pelos lacanianos. Para ele, a noção de antifilosofia condensa uma espécie de “rejeição geral sobre a filosofia em Lacan”, o que acabou por transformar usos “irresponsáveis” e “heterodoxos” (p. 11) de conceitos filosóficos em espécies de virtudes do campo. Por último, Dunker (2017), com sua defesa em prol de localizar pressupostos ontológicos no campo psicanalítico, argumenta que a antifilosofia pode ser entendida como a crítica da metafísica em psicanálise.

Contudo, como dito inicialmente, nosso artigo se concentra sobretudo na leitura de Badiou (2018) sobre a antifilosofia lacaniana. Nessa via, passamos a seguir suas teses sobre a relação entre Lacan e a filosofia. Sendo assim, estamos diante não somente de interpretações de aforismos lacanianos ou de um trabalho de exegese, mas do próprio projeto do filósofo francês. Estende-se que o seminário sobre Lacan é um projeto maior de analisar uma longa tradição de antifilósofos, entre eles Pascal, Nietzsche e Wittgenstein. Na visão de Badiou (2018), Lacan seria um encerramento da antifilosofia contemporânea, principalmente porque teria reposicionado e voltado a dar valor ao conceito de verdade, o que, ao contrário dos outros antifilósofos, vinha sempre acompanhado de certo descrédito. Portanto, quando falamos em “operação antifilosófica” da teoria do significante, estamos nos referindo a desdobramentos de certas teses da leitura de Badiou (2018) sobre a relação entre filosofia e psicanálise em Lacan. Por sua vez, a atribuição do título de antifilósofo para Lacan, da parte de Badiou (2018), tem uma série de razões. Apesar de nosso enfoque, a antifilosofia em Lacan não deriva apenas da tensão entre a autonomia do significante e suas questões com a noção de ser na história da metafísica⁴.

Por último e não menos importante, antes de passarmos para momentos mais pontuais com relação à questão do significante e a antifilosofia, um esclarecimento sobre o termo antifilosofia. A saber, não se trata de uma negação da filosofia ou uma rejeição da filosofia como disciplina. Lacan passou todo o seu ensino estudando diversos filósofos e tradições filosóficas. Embora seus comentários muitas vezes logrem a impressão de desdém, isso ocorre, na leitura de Badiou (2018), como uma espécie de prática antifilosófica. Lacan se vale desse desdém no propósito de testar os limites do discurso filosófico. Para Badiou (2018), a superação lacaniana do discurso filosófico viria por meio do discurso analítico, sendo o “analista uma contra-figura (*counter-figure*) do filósofo” (p. 69), uma espécie de antípoda, mas de modo algum um inimigo. Tratava-se de forçar o discurso filosófico em seus limites e subtrair seus excessos.

Dito isso, para nossos propósitos, passemos agora a discutir a relação entre autonomia do significante e antifilosofia, segundo a tese de que há uma operação antifilosófica na assimilação da teoria do significante em Lacan. Ao mesmo tempo, uma das maneiras mesmas de identificar a antifilosofia lacaniana está justamente na ênfase dada à própria autonomia do significante. Nesse ponto, relativo à autonomia do significante, a distinção do nosso argumento em relação a Badiou (2018) consiste em afirmar que o alcance dessa autonomia só se torna possível quando há uma leitura em torno da metafísica que tenta se afastar do acoplamento entre ser e sentido na história da filosofia.

4 Outros aspectos da antifilosofia de Lacan seriam a relação que estabelece entre política e metafísica e matemática e filosofia.

Nesse caminho, os comentários de Badiou (2018) sobre o texto *Radiofonia* (1970/2003) nos parecem interessantes, especialmente quando Lacan é perguntado sobre o seu argumento de que Freud havia antecipado Saussure. A resposta dada por Lacan (1970/2003) é bastante sucinta: o sucesso da linguística foi ter visto que o sentido é da ordem do efeito, e não do conteúdo. Ao retomar essa questão, Lacan (1970/2003) lembra que a linguística de Saussure garantiu que o significado obtém sua justificativa científica no campo dos significantes, o que, como veremos adiante no artigo, é caracterizado pelo fato de ser um campo de pura diferença, sendo exatamente essa particularidade que permite assegurar sua lógica científica. Apesar dessa marca epistemológica, tal justificativa científica só pode ser feita se excluirmos a compreensão que associa o sentido como único ou ligado ao pensamento (ordem do conteúdo). A questão crucial é que o significante só pode ser localizável no nível de uma *metafísica* (além da física), pelo fato de sua matéria não ser de propriedade física, mas uma virtualidade descrita pela pura diferença.

Mesmo sendo razoável cientificamente, o campo dos significantes está, pelo menos na compreensão aristotélica, dentro de uma *metafísica*. Logo, o campo dos significantes exige uma outra leitura da metafísica, porque, diferentemente de Aristóteles, trabalha com a ideia de que algo pode ser pensado cientificamente fora da física, mas sem associação com o sentido único. A figura do significante, portanto, carrega consigo certos debates: 1. Alguma coisa pode ser pensada dentro da metafísica. 2. Alguma coisa pode ser pensada dentro da metafísica com alguma razoabilidade científica, ou seja, não há uma oposição necessária entre metafísica e ciência. 3. Por último, mas importante, existe pensamento na metafísica que não é exatamente a associação entre ser e sentido, ou ser e sentido único. Na verdade, a tese antimetafísica do significante é que não existe o sentido enquanto único, mas somente *efeito de sentido*. Nessa compreensão, a conclusão de Lacan (1970/2003) é que a metafísica, nesse cenário, só é concebível como “ato de des-ser” (*désêtre*), ou, mais precisamente, “des-ser do sentido” (p. 401). Em suma, a problemática que essa questão expressa, que, a nosso ver, evidencia e localiza o que chamamos de operação antifilosófica, consiste na reconfiguração da metafísica a partir da figura conceitual do significante. Badiou (2018, tradução nossa) sintetiza dessa maneira:

Não é no ser que encontraremos o que é pensável do sentido, mas ao contrário, em um “ato de des-ser (*désêtre*)”, em uma destituição do ser. Somente por proibir o ser da consideração do sentido com o pensável que o sentido pode ter garantias de ser efetivamente pensável (p. 47, tradução nossa).

Partindo dessa colocação de Badiou (2018), ainda existem outras questões – implícitas nesses argumentos – que podem nos esclarecer melhor sobre o que se trata quando falamos em operação antifilosófica. Sabemos que, nos termos que dispomos a questão, se trata de uma crítica sobre a posição da metafísica. No entanto, qual o conceito de metafísica que está sendo atacado por Lacan e que está subjacente ao acoplamento entre metafísica e sentido? Quanto ao conceito de metafísica, o debate de Lacan é um diálogo direto com Aristóteles (2014) e incide duplamente sobre as concepções aristotélicas. Por um lado, Lacan acompanha Aristóteles (2014) na tese de que a física não esgota o que é pensável e abre espaço para a existência da metafísica. Por outro lado, rejeita a metafísica aristotélica como estudo do “ser enquanto ser” e o seu legado referente ao problema da substância (*ousia*) como índice nesse

estudo. A substância (*ousia*) como conceito tem importantes encaminhamentos na filosofia de Aristóteles (2014) e incide justamente no problema da predicação e da homonímia do ser. Isto é, o fato de o ser se dizer em vários sentidos e pelo mesmo motivo haver a possibilidade do estudo do ser *enquanto ser*. A característica da substância (*ousia*) é se definir como aquilo que não é nunca predicado, mas sempre sujeito. Para Aristóteles (2014), a substância é uma forma (*eidos*), aquilo que permanece constante por trás das mudanças.

No que tange à ligação entre metafísica e sentido, o diálogo de Lacan já parece ir de encontro às questões de Heidegger (1973), especialmente se diferenciando do filósofo alemão no que se refere à ciência. Como analisa Badiou (2018), para o filósofo alemão, a história da metafísica é marcada pelo encapsulamento do ser pelo um, a predominância da entidade e o esquecimento do ser como movimento de revelação. Para Heidegger (1973), a história da metafísica é um processo de subjugação do desvelamento (*aletheia*) do ser pela ideia. Em vez de um movimento de revelação, o ser se torna o “isso é”. Nesse ponto, tal movimento já aparece na posição de Aristóteles sobre a metafísica como estudo do ser enquanto ser. Contudo, as distinções entre Lacan e Heidegger, entre metafísica e crítica da metafísica, se evidenciam particularmente em relação às possibilidades de uma ciência do sentido tal como expressa na linguística. Retomando a questão anterior, para Lacan (1970/2003), existe a abertura do cientificamente pensável na metafísica a partir da composição do campo dos significantes. A crítica da metafísica como “ato de des-ser” (p. 401) é uma maneira de subtrair os excessos da metafísica, sem, no entanto, conceber a metafísica por sua necessidade de superação, como ocorre em Heidegger (1973).

A possibilidade de uma ciência do sentido a partir do campo dos significantes permite que a questão com a metafísica em Lacan, pelo menos com relação a esse problema, seja somente sobre a ordem da extensão do cientificamente pensável. Para Heidegger (1973), a ciência, nesse caso a ciência do sentido (linguística), é um capítulo prescrito em sua história crítica da metafísica. Portanto, o significante seria a figura da entidade que se aplaca diante do desvelamento do ser. Em suma, o sentido é um conceito que, na metafísica, se revela pela prefiguração do um e pelas entidades que vêm a definir o ser. Para Heidegger, ao contrário de Lacan, não haveria tratamento da metafísica pelo significante nem um apelo à ciência pela configuração do campo dos significantes na extensão do cientificamente pensável.

Finalmente, para encerrar essa primeira seção do artigo, dando argumentos para o que chamamos de operação antifilosófica, vale apontar outra característica importante, destacada por Badiou (2018), da antifilosofia lacaniana. A nossa tese no artigo, vale lembrar, é que existe uma operação antifilosófica presente na assimilação do significante em Lacan. Em virtude disso, a partir de certos traços dessa operação, podemos compreender os avanços propostos por Lacan acerca do significante. Quanto a isso, o que está em jogo, nos termos dos antifilósofos, é utilizar a filosofia e a metafísica como um *processo de destituição*, em particular, como pontua Badiou (2018), favorecendo o sentido no lugar da verdade. Diferentemente de Heidegger, que leu a ciência como parte da história da metafísica, Lacan não tinha “problemas crônicos” com a ciência e o seu discurso. O que isso revela, do ponto de vista da posição entre filosofia e ciência em Lacan, é um ato de leitura que privilegia o sentido, na via da ciência do sentido, perante a verdade.

Heidegger não é antifilósofo, nos termos de Badiou (2018), porque não destitui a verdade de um lugar que cumpre uma função epistemológica anterior ao sentido. Já Lacan, suas operações e seu entusiasmo com o significante revelam que não há intenção de cumprir uma retomada da verdade em relação ao sentido, mesmo que seja nos termos de revelação, como em Heidegger. Em outros termos, a proposta de assimilação de Lacan não é a de dizer a verdade sobre o significante e sua radicalidade como conceito. Como antifilósofo, isso é assim porque o sentido vem sempre antes da verdade, e não o contrário. A posição de Lacan não é a de querer disputar a atribuição da verdade da ciência sobre o campo dos significantes. Tal posição seria a da filosofia, na medida em que tenta recuperar o sentido aproximativo a uma verdade como movimento primeiro. O *processo de destituição* da filosofia, por parte de Lacan, não é uma superação ou um enquadramento da filosofia como um discurso falso em relação ao verdadeiro. O processo de destituição como operação antifilosófica é colocar a filosofia para um teste, uma experimentação. É disso que se trata quando analisarmos mais detidamente as questões epistemológicas do significante conjuntamente à leitura da metafísica posta por Lacan.

Antecedentes epistemológicos do significante lacaniano: os fonemas e o projeto teórico de Lévi-Strauss

Em especial depois do discurso de Roma, conferência que expressa um manifesto de abertura da psicanálise ao estruturalismo (Beividas, 2000), vê-se um renovado interesse da parte de Lacan sobre o inconsciente e a maneira de concebê-lo na teoria psicanalítica. Além da própria tese do “inconsciente estruturado com uma linguagem”, trabalhada em vários ângulos durante todo o seu ensino, a fala como primazia do trabalho analítico é outra grande defesa que caracteriza o momento que ficou conhecido como retorno a Freud. Acerca de nossos interesses no artigo, tendo em vista a antifilosofia, trata-se de considerar o significante como um conceito central para pensar esse momento de seu trabalho.

A respeito do significante nesse movimento, que conecta desde o inconsciente e sua relação com a linguagem à incidência da fala, é possível recuperar autores que foram influentes para Lacan. Neste momento do artigo, estamos interessados em avaliar certos antecedentes que marcam a assimilação do significante em Lacan. A intenção é verificar a coerência, do ponto de vista epistemológico, entre o conceito de significante e aquilo que anteriormente chamamos de “operação antifilosófica”. Quanto a sua origem e desenvolvimentos, embora o conceito tenha aparecido na proposta saussuriana do signo linguístico, é por meio de autores como Jakobson e Lévi-Strauss (1945/1996, 1949/1996) que o significante adquire maior alcance do ponto de vista epistemológico. Respectivamente, na fonologia, pelo objeto de estudo serem os fonemas e estes comporem a estrutura do significante; e na antropologia, pela inspiração declarada de Lévi-Strauss (1945/1996) no método esboçado na fonologia com a noção de sistema. Podemos dizer que a operação antifilosófica da teoria do significante em Lacan pode ser interpretada tanto na assimilação do estudo dos fonemas quanto no trabalho de Lévi-Strauss.

Para tanto, como descrito na fonologia, o significante é composto por fonemas, sendo estes *traços* distintivos que impõem regimes de reciprocidade e determinam um

princípio de diferença na composição do significante. Um princípio de diferença radical que, do ponto de vista teórico, indica que a linguagem não pode vir a ser interpretada como um objeto idêntico a si mesmo. Com a existência dos fonemas, não podemos descrever a linguagem como um objeto externo, alheia às leis que a estruturam. Acerca dos fonemas, Deleuze (2006), além de descrevê-los, faz duas importantes considerações que são elementares para a questão da antifilosofia:

Aquilo que é distinto ao mesmo tempo das partes sonoras e das imagens e conceitos associados é chamado de fonema. O fonema é a menor unidade linguística capaz de diferenciar dois termos de significação diversa: por exemplo, “bilhar” e “pilhar”. É claro que o fonema se encarna em letras, sílabas e sons, *mas não se reduz a eles*. Ademais, as letras, as sílabas e os sons dão-lhe uma independência, enquanto, em si mesmo, ele é inseparável da relação fonemática que o une a outros fonemas: b/p. *Os fonemas não existem independentemente das relações nas quais entram e pelas quais se determinam reciprocamente* (p. 235, grifos nossos).

Os destaques que fizemos nesse trecho podem nos adiantar sobre certos aspectos da apropriação de Lacan a respeito do significante e sua operação antifilosófica. Em termos epistemológicos, a leitura de Lacan (1957/1998) preserva a composição fonemática como dado fundamental do significante. Sua pertinência é o que permite localizar o suporte material da fala, por exemplo. Além disso, os fonemas permitem duas considerações teóricas importantes para a psicanálise: 1. A estrutura da fala em análise só pode ser considerada a partir de uma ideia de sucessão ou relações, uma vez que a identidade do fonema se dá unicamente em um campo de diferenças. 2. Pelos fonemas se definirem em um plano de relações, questões como o núcleo traumático dos sintomas e a incidência da memória na fala do analisando não podem ser recuperados na procura de uma explicação que contém um sentido primitivo, inaugural. Quando consideramos a estrutura formal dos fonemas, segundo Zafiroopoulos (2018), o que se pode almejar é uma “reconstrução histórica do passado ou reescrita do sujeito” (p. 70). A evidência relativa à constituição dos fonemas em um plano de relações impede a ideia de uma verdade como origem primeira.

Tais marcas epistemológicas do fonema exprimem, de maneira aproximativa, o que chamamos de operação antifilosófica da teoria do significante em Lacan. Sendo o fonema um conceito virtual, *além* da física, ele dá provas de um cientificamente pensável. Isto é, a exemplo da matemática, o campo dos significantes não prefigura o sentido, sendo um tipo de transmissão sem consciência (Lacan, 1972-1973/1985). A fonologia é exemplar nesse ponto. O que é igualmente interessante e renovador com os fonemas é o fato de oferecer inteligibilidade sobre elementos que são físicos, como a voz, caso preservemos a separação aristotélica entre física e metafísica. No momento, é importante ressaltar que a precedência e a autonomia do significante em Lacan encontram, a partir da composição fonemática, efeitos epistemológicos que propiciam marcar a extensão do significante na abordagem do cientificamente pensável sem recorrer à ideia de substância como índice na metafísica.

Além dos fonemas, na nossa interpretação, um segundo antecedente lacaniano do significante aparece na apropriação de Lévi-Strauss (1945/1996) do programa metodológico da fonologia. Atento a esse campo, Lévi-Strauss (1945/1996) atribuiu à fonologia nascente

um importante papel para a renovação de uma série de disciplinas do ponto de vista científico (a própria linguística, a sociologia e a antropologia). A fonologia ultrapassa o “atomismo e o individualismo” (p. 49) que havia nas perspectivas históricas de análise de uma língua. Em vez de se limitar às análises de uma língua restritas a um determinado tempo e espaço, o que está em questão é aquilo que permanece invariante no que varia entre as línguas ao longo do tempo. Trata-se da busca de uma lei estrutural baseada em um “universalismo sistemático” (p. 49), expressão de Trubtzkoy. No que tange ao nosso artigo, o interesse é mostrar que o conceito de inconsciente proposto por Lévi-Strauss – que propicia a Lacan condições importantes para sua proposta sobre o inconsciente em psicanálise – se refere ao elemento diferencial dos fonemas; portanto à estrutura do significante.

Em suma, a proposta de Lévi-Strauss (1945/1996) é que há homologia formal entre sistemas fonológicos e sistemas de parentesco. Ambos os sistemas *adquirem significação* mediante um “jogo de leis gerais, mas ocultas” (p. 49). A proposta, então, é procurar essas leis mediante a análise entre sociedades absolutamente distintas, com regras de casamento e atitudes entre parentes diversas, a partir de uma análise que se dá no nível da estrutura dos sistemas. Para tanto, o projeto dessa homologia é realizável no momento que Lévi-Strauss (1945/1996) acrescenta a tese de que os elementos que compõem os sistemas ganham significação, tanto nos sistemas fonológicos quanto nos sistemas de parentescos, no “estágio do pensamento inconsciente” (p. 49). Tal estágio diz respeito a outra ordem de realidade, que se apresenta na ação da estrutura.

Com o estudo dos fonemas, foi aberta a perspectiva que Lévi-Strauss (1945/1996) denominou de estágio do “pensamento inconsciente”, ou, posteriormente, o conceito mesmo de inconsciente. Pelos estudos dos fonemas, foi possível desenvolver a ideia de “pensamento inconsciente” como correlato de uma “outra ordem da realidade”, no que essa “outra ordem” atua na formação do sistema e sua organização. Com esse sintagma, “pensamento inconsciente”, podemos nos aproximar das questões lacanianas, uma vez que a linguagem e, portanto, a própria fala como referida às condições de possibilidade da estrutura da linguagem contêm como princípio uma parte que é chamada de “outra ordem da realidade”, parte essa que não é evidente ao falante. Isso quer dizer que toda fala comporta um elemento inconsciente que permanece atuante, embora não “aparente” naquele que fala.

Ainda nessa discussão, há outro trabalho de Lévi-Strauss (1949/1996) determinante para a questão lacianiana do significante, especialmente sobre a questão da linguagem e o inconsciente. Trata-se do artigo *A eficácia simbólica*, texto que funciona, do ponto de vista das relações entre Lévi-Strauss e Lacan, como uma alavanca entre o programa linguístico-fonológico e seus aportes para conceitos psicanalíticos em Lacan. Zafropoulos (2018) afirma que o texto de Lévi-Strauss é imprescindível para acompanhar as propostas de Lacan sobre os escritos técnicos de Freud em questões como a resistência, a transferência, além do programa de tratamento para a psicanálise. Sobre o artigo de Lévi-Strauss, trata-se, em sua primeira parte, de um exame minucioso da ação xamânica do ponto de vista curativo. A questão de Lévi-Strauss pode ser sintetizada da seguinte forma: sendo uma prática de cura (cura xamânica), o que torna sua ação eficiente? Resumidamente, Lévi-Strauss analisa que o procedimento de cura – induzido e

provocado pelas palavras do xamã – era eficaz no momento que integralizava a doença a um mito coletivo. O xamã, para Lévi-Strauss (1949/1996), fornece à sua doente, no caso uma parturiente, *uma linguagem*, “na qual se podem exprimir imediatamente estados não-formulados de outro modo informuláveis” (p. 219). O argumento de Lévi-Strauss em relação à cura oferecida pelo xamã era de que a reparação da doença advinha no instante em que a linguagem do xamã introduzia a doente a um mito coletivo que lhe era anterior e assim oferecia ordenação “aos estados não-formulados”. A experiência de cura bem-sucedida se dá na transmissão desse mito e sua eficácia assegurada pela vivência (da doente) desse passado coletivo.

De qualquer maneira, a ideia de que isso seja válido para a psicanálise requer certa cautela. Há um corte entre uma prática de cura xamânica e o horizonte moderno implicado no surgimento da psicanálise, o que produz regimes de causalidade distintos. É nesse ponto que, mais tarde, Lacan (1966/1998) vai argumentar sobre tipos de causalidades distintas entre a psicanálise e o xamanismo. Cabe, então, esclarecer qual a relação entre o inconsciente e a ação xamânica, tendo em vista a ideia de que o xamã oferece *uma linguagem* ao doente. Nesse ponto, o que facilita a aproximação com a psicanálise é a analogia construída por Lévi-Strauss (1949/1996) entre o xamã e o psicanalista. A aproximação entre eles se daria no ponto em que ambos – xamã e psicanalista – induzem uma transformação, que Lévi-Strauss (1949/1996) acredita igualmente poder se dar no nível orgânico, que seria como uma “reorganização estrutural do doente em relação ao seu mito” (p. 231). No caso da doente na prática xamânica, um mito coletivo; mas, na psicanálise, um mito individual. A eficácia simbólica seria essa propriedade indutora que viria edificar estruturas homólogas, embora de materiais diferentes (psíquico e orgânico, por exemplo). A essas estruturas homólogas em jogo na cura xamânica, o antropólogo dá o nome de mitos, que se organizam em sistemas, semelhantes aos sistemas de parentesco e fonológicos.

No entanto, o que queremos destacar é que essas deduções reencontram as bases epistemológicas dos sistemas fonológicos. Desse modo, comportam certos traços antifilosóficos no momento que, na metafísica, não reduzem o sentido do ser como um, mas apontam uma operação no sistema e o sentido como efeito. Isto é, de fato, muito importante para a psicanálise, haja vista que, no texto de Lévi-Strauss (1949/1996), o inconsciente vai ser definido em oposição a certos pressupostos que eventualmente sustentavam o inconsciente na psicanálise daquele momento. Por exemplo, associar o inconsciente como algo do particular, de posse de um indivíduo e seu aparelho psíquico. Para Lévi-Strauss (1949/1996), o inconsciente consiste em leis de estruturas ou simplesmente a função simbólica por excelência, cuja base é a diferença radical presente na linguagem pelo significante e sua composição fonemática.

Finalmente, Lacan vai acompanhar Lévi-Strauss no ponto que a abordagem para o inconsciente não se assemelha a um conceito intelectualista, ou entidade do aparelho psíquico, se pensarmos a segunda tópica freudiana. Para Lévi-Strauss (1949/1996), na via estrutural, o inconsciente é ligado à linguagem na estruturação de suas leis, se conecta ao universal, sendo o conjunto de leis estruturais. Destarte, nos esclarece em um primeiro momento sobre a posição do inconsciente e suas bases de irredutibilidade e universalidade oriundas do fonema e sua identidade como linguagem-função simbólica.

Antifilosofia e significativo, o ser e o sentido e seus efeitos na interpretação do axioma “o inconsciente é estruturado como uma linguagem”

Podemos agora trabalhar mais pontualmente o que chamamos de operação antifilosófica da teoria do significativo em Lacan. A ideia é mostrar, no fim da seção, como isso se evidencia em uma interpretação sobre o axioma lacaniano “o inconsciente é estruturado como uma linguagem”, dando atenção à função dos termos “como” e “uma”. Antes disso, já que propomos a aproximação do significativo com a antifilosofia, é necessário justificar o nexos entre esses dois conceitos no nosso argumento. Nessa via, trata-se de mostrar uma posição contrária à ontologia aristotélica (antifilosofia) a partir da tese da autonomia do significativo em relação ao sentido, segundo a compreensão de Aristóteles.

Para nós, o que nos assegura nesse percurso é a crítica que o próprio Lacan faz às origens do discurso do ser. Isto é, a separação feita por Parmênides e rejeitada por Lacan (1972-1973/1985), “o ser é e o não-ser não é” (p. 34). Além, é claro, sua crítica a Aristóteles, ao indicar que o filósofo sustenta a ideia de que “o pensado é feito à imagem do pensamento, quer dizer, que o ser *pense*” (p. 143, grifos nossos). Essa linhagem filosófica iniciada em Parmênides confere ao discurso filosófico, segundo Cassin (2017), uma “fisionomia” (p. 65) e se opõe aos propósitos lacanianos sobre as operações de sentido produzidas pelo significativo. Em suma, essa fisionomia filosófica que identifica o ser com o pensamento, o ser com a univocidade do sentido, ou o ser com o um, enclausura as propriedades do significativo.

Desse modo, o que chamamos de operação antifilosófica é aqui um procedimento de destituição do que é paradigmático na afirmação do discurso do ser. O debate é contra o aristotelismo, principalmente no momento que Aristóteles afirma a univocidade entre o ser e o um no livro quarto da metafísica. Para Aristóteles (2002), “o ser e o um são a mesma coisa e uma realidade única, enquanto se implicam reciprocamente um ao outro (assim como se implicam reciprocamente *princípio e causa*)” (p. 133, grifos nossos). Os parênteses de Aristóteles, ou seja, a implicação entre princípio e causa, nos induz a outra consideração sobre o lugar do estudo da metafísica. Embora, como aponta Reale (2001), a metafísica seja sinônimo de “filosofia primeira”, ciência que pesquisa o ser “suprassensível e transcendente” (p. 31), Aristóteles afirma que também é trabalho do filósofo, além do estudo do “ser enquanto ser”, estar habilitado no estudo sobre os axiomas. Segundo Aristóteles (2002), isso é necessário “por ser evidente que os axiomas pertencem a todas as coisas enquanto todas são seres (de fato, o ser é o que é comum a tudo)”. Do ponto de vista gnosiológico, antes de estudar as questões da metafísica, o filósofo deve dominar os axiomas lógicos e conhecer o “princípio mais seguro de todos”, “o princípio de todos os outros axiomas”: “É impossível que a mesma coisa, ao mesmo tempo, pertença e não pertença a uma mesma coisa, segundo o mesmo aspecto” (p. 141-144, grifos nossos). É na crítica à afirmação desse princípio – mais seguro de todos –, *comum ao ser* e enunciado inaugural do princípio de não contradição, que Lacan (1971-1972/2012) fala sobre a “estupidez” (p. 28) dos princípios de Aristóteles⁵.

5 De qualquer maneira, como antifilósofo, Lacan (1971-1972/2012) não é simplesmente um opositor de Aristóteles sobre o princípio inaugural do princípio de não contradição. Lacan afirma, a respeito de Aristóteles, que “a estupidez serve de prova quanto à autenticidade. O que predomina é a autenticidade” (p. 28).

Além disso, especialmente na relação entre significante e crítica à ontologia aristotélica, Cassin (2017) julga problemático a posição de Aristóteles acerca do que é significar alguma coisa, quando o filósofo grego defende o princípio de não contradição. Em outras palavras, por ser indemonstrável, Aristóteles faz a defesa do princípio de não contradição pela via da refutação (logo, há exigência de um interlocutor que fale). Nesse caso, exige-se que “signifiquemos algo, tanto para si quanto para um outro” a partir do momento que se diz algo. Aristóteles (2002) acrescenta, como justificativa, que, se pudéssemos significar um monte de coisas, não haveria discurso, pois “não significar uma única coisa é não significar absolutamente nada” (p. 144). Em síntese, o que Cassin (2017) encontra nas defesas de Aristóteles é uma série de equivalências tomadas como evidentes: “falar é dizer algo, dizer algo é significar algo, significar algo é significar algo que tem um sentido e um único sentido, para si e para outrem” (p. 112). Para Cassin (2017), o problema da defesa do princípio de não contradição não está em sua lógica, ou seja, a capacidade de atender a suas necessidades internas. A crítica se situa em relação aos seus princípios, segundo o entendimento de que a posição de Aristóteles privilegia a univocidade do sentido – verificável em um dos enunciados do princípio de não contradição e na defesa pela via da refutação.

Portanto, sobre a linguagem – com ênfase na dimensão oral e da fala –, Cassin (2017) recorda, a exemplo de Lacan (1978), como estamos imersos em um regime aristotélico e somos todos ordinariamente aristotélicos. Com base no princípio da não contradição e nos princípios que o fundam, a linguagem é referida à função comunicativa e sustentada pelo sentido único. Sintetizando, há uma operação com o sentido em Aristóteles (2002) que representa um fechamento a uma linguagem pensada pelo significante e seu campo de diferenças e o nonsense que dele advém⁶. Cassin (2017) lembra como a aceitabilidade da homonímia e mesmo a homofonia ganharam valência, para Lacan, na dimensão da enunciação, enquanto, para Aristóteles, a proibição da homonímia é realizada em vista do acordo pela comunicação, na medida em que “deve haver um mesmo sentido para si e para outrem” (p. 112).

Em última instância, contemplar o significante e sua marca antifilosófica vai além daquilo que Freud postulou acerca de o inconsciente rejeitar o princípio de contradição. A diferença é que, se Freud (1925/2020) permaneceu ante uma alteridade como distinção, ou seja, que é o inconsciente que não respeita esse princípio, a proposta lacaniana seria tentar se desvencilhar mais abertamente do regime aristotélico com a expansão do que é o inconsciente na realidade. Cassin (2017) afirma que Lacan ultrapassa Freud em relação à exigência do sentido concebido no regime aristotélico, porque Freud ainda teria concessões a ela, haja

6 Para Lacan (1971-1972/2012), acompanhar os argumentos de Aristóteles, em sua lógica ou metafísica, exige que estejamos em um limite que trata o enunciado como isso “quer dizer alguma coisa”. Na nossa interpretação, nos limites de um sentido único, entendido na compreensão aristotélica do “dizer algo para si e para outrem em um mesmo sentido”, na defesa pela prova por refutação. Para Cassin (2017), vê-se exposto no princípio lógico de não contradição, como princípio de todos os outros princípios, que Aristóteles não atribui o valor necessário para o som das palavras, propriedade fonemática dos significantes, tolerante para efeitos como homofonia e homonímia como transmissão de algum sentido e válidos na psicanálise. Em suma, isso é imprescindível, uma vez que o material analítico parte de uma posição em que o analisante se escuta, em vez de falar no intuito de comunicar um mesmo sentido para um outro. Nos termos de Lacan (1957/1998), trata-se de admitir a radical separação entre o significante e o significado.

vista que o pai da psicanálise ainda faz parte de uma “escola de liberdade” e tem um “prazer de humanista” (p. 125). Para Lacan, o inconsciente é a realidade, o mundo. É o mundo que é estruturado como uma linguagem. Nesse ponto, “o inconsciente estruturado como uma linguagem” seria uma justificação da “semântica psicanalítica” ordinária, isto é, os sintomas dos analisantes e o modo de falar que desconhece as regras da ontologia aristotélica. É na aposta dessa semântica que se revela o mais próprio da linguagem, isto é, que ela não contém sentido único. Para Cassin (2017),

Ele [Lacan] faz entrar na categoria do sentido “o segredo do sintoma”: “domínio imenso anexado pelo gênio de Freud e que mereceria o título apropriado de ‘semântica psicanalítica’: sonhos, atos falhos, lapsos do discurso, desordens da rememoração, caprichos da associação mental, etc.”, *em suma, tudo o que faz ou testemunha que o inconsciente é constituinte, estruturado como uma linguagem* (pp. 123-124, grifos nossos).

Finalmente, no que respeita à interpretação do axioma lacaniano (1955-1956/1981) em termos antifilosóficos, vale lembrar uma versão inicial: “o inconsciente é, em seu fundo, estruturado, tramado, encadeado, tecido de linguagem” (p. 135). Entretanto, em parte pelas inúmeras retomadas, estamos acostumados apenas com a versão “o inconsciente é estruturado como uma linguagem”. Descrita nesses termos, é possível uma interpretação que leve em conta particularmente a estrutura sintática do axioma, de modo que permita exprimir a proposta epistemológica de Lacan com relação ao inconsciente e sua lógica de acordo com o campo diferencial dos significantes. A ideia é que, ao se atentar para os termos “como” e “uma”, respectivamente, revelamos a afiliação ao inconsciente do ponto de vista estrutural e, ao mesmo tempo, com a especificidade psicanalítica e sua “semântica”, nos termos de Cassin (2017).

No que tange ao termo “como”, pode-se supor um efeito de sentido que leva a interpretações distantes dos propósitos epistemológicos de Lacan que temos apontado até aqui. Sem confundir com a função precisa da metáfora para Lacan (1957/1998) na estrutura do inconsciente – que analisaremos posteriormente –, é necessário assinalar que o “como” dessa afirmação não corresponde a uma figurabilidade do que entendemos ser o recurso metafórico, ou seja, que pode corresponder no sentido de alusão ou comparação. O termo “como” no axioma se refere a um *absoluto ponto de convergência* entre inconsciente e linguagem. Nesse ponto, são convergentes porque inconsciente e linguagem são ambos, desde Lévi-Strauss e igualmente para Lacan, registros da função simbólica como estruturante da realidade. É importante que o “como” presente no aforisma não contenha nenhum tipo de distância ontológica entre linguagem e inconsciente. A linguagem é composta pelo campo diferencial dos significantes, bem como o inconsciente. Igualmente incorreto seria supor o “como” em uma relação de predicação, sendo a linguagem uma qualidade do inconsciente.

Por sua vez, isso nos leva a considerar a importância do artigo indefinido “uma” presente no axioma, tendo em vista que coloca em jogo a particularidade lacaniana em relação à proposta de Lévi-Strauss (1949/1996). A razão em torno de “uma” indica que o inconsciente se estrutura de acordo com um tipo específico de linguagem entre outras, *uma* linguagem, ainda que estruturada segundo o campo diferencial dos significantes. A diferença é que o artigo “uma” vem indicar que o inconsciente, tal como elaborado em psicanálise, vai ser

abordado com determinadas leis de funcionamento, precisamente a metáfora e a metonímia. Nessa via, Lacan já difere de Lévi-Strauss (1949/1996), porque, ao contrário do antropólogo, o inconsciente que ele visa é aquele descrito por Freud, tendo em conta suas manifestações (atos falhos, chistes, sintomas, sonhos etc.).

Além disso, poderia se pensar que existe o inconsciente como hipótese, defendido e argumentado pelo trabalho freudiano em sua coerência, e coube a Lacan dar um tipo de conformação epistemológica específica e mais adequada. Ou seja, a linguagem tal como descrita no movimento estruturalista. Todavia, o esforço do nosso argumento é mostrar que, ao assumir a precedência do significante e se distanciar da metafísica aristotélica, o que está em questão é o alargamento do sentido, para além do sentido único, o que torna o campo da razão freudiana legítimo. Para tanto, isso se faz em termos antifilosóficos porque deve haver, em torno da legitimidade da semântica psicanalítica, oposição necessária ao ser como um e sentido único. O inconsciente se estrutura como uma linguagem porque é somente *na* linguagem, tal como indicado pelo campo da diferença radical do significante, que ele pode encontrar seu funcionamento. A linguagem é o meio de abordar a realidade e indispensável para qualquer tipo de elaboração referente ao que é o inconsciente freudiano. Como propõe Lacan (1969-1970/1992), a linguagem é a “condição do inconsciente” (p. 42, grifo nosso). Em suma, pode-se pensar o aforismo lacaniano particionado da seguinte maneira, desde o que se mantém da perspectiva de Lévi-Strauss (1949/1996): a) o inconsciente e a linguagem se estruturam; b) como função simbólica, há uma linguagem que define a organização do inconsciente como estrutura; c) o inconsciente se estrutura como *uma* linguagem (a freudiana) e resta conhecermos suas leis.

Porém, o que é importante acrescentar é que não se trata de leis puramente linguísticas, distintas por serem de linguagem, o que Lacan (1957/1998) vem delimitar para o inconsciente. Em outros termos, nas estruturas de metáfora e metonímia, o modo de funcionamento que exhibe a linguagem descrita no inconsciente sob o termo de cadeia significante, o que surge são estruturas que abarcam o inconsciente segundo a dimensão significante e uma dimensão antifilosófica. Essas estruturas, metáfora e metonímia, no inconsciente, também comparecem no sentido de *como*, da mesma maneira que no aforismo; isto é, absoluto ponto de convergência, imanentes no inconsciente pelo princípio da diferença radical do significante. Não se colocam como predicativas ou alusivas. A expressão, tanto da metáfora quanto da metonímia, no nível do funcionamento do inconsciente, ocorre de maneira formal.

O significante pela letra: metáfora e metonímia e antifilosofia

O último elemento antifilosófico que iremos destacar na assimilação do significante em Lacan (1955/1998) corresponde ao modo de funcionamento do inconsciente por intermédio das estruturas da metáfora e da metonímia – ambas de composição significante. Antes disso, cabe fazer uma ressalva importante relacionada ao valor da experiência clínica para a nossa articulação teórica com a antifilosofia. Em uma breve citação, no complemento do texto da *Instância da Letra*, Lacan (1961/1998) afirma o seguinte: “após o que será preciso lembrarmos que, por mais blablablá que seja essencialmente a linguagem, é dela que

provém, no entanto, o ter e o ser” (p. 906, grifo nosso). A questão, então, é que mesmo que isso passe por uma série de mal-entendidos e repetições (o blá-blá-blá), próprios todos eles da experiência analítica, permanece a ênfase que é na linguagem que iremos encontrar propriedades como o ter o ser.

Desse modo, o ser no comentário se refere àquele que engloba a “fisionomia” (Cassin, 2017) do discurso ontológico do ser. Mais uma vez, Lacan pontua, ainda que indiretamente, um distanciamento da ontologia aristotélica. Em primeiro lugar, porque o blá-blá-blá é um tipo de linguagem totalmente descartado pelo regime aristotélico, tendo em vista que este supõe o sentido único como forma de comunicação entre os falantes. A escolha pelo verbo prover também é significativa em relação a Aristóteles, já que se distancia da relação de predicação e o modo como a ontologia aristotélica encaminha a questão dos modos de ser. Por último, mas não menos importante, a citação de Lacan (1961/1998), no parágrafo anterior, faz parte de uma resposta ao trabalho de Perelman, importante teórico da retórica, acerca da metáfora. Apesar de Lacan acompanhar a tese de que a articulação significativa se efetiva no nível da retórica, os autores divergem quanto ao estatuto da metáfora. Perelman propõe uma teoria psicossociológica em torno da significação na metáfora, e Lacan evita qualquer nível de significação que não passe pelo estatuto algébrico da metáfora. Como aponta Dunker (2016), para Lacan, “a metáfora é irreduzível à analogia” (p. 38). No entender do nosso argumento, isso se deve aos aspectos antifilosóficos que advêm da autonomia do significante.

Enfim, quando se fala da questão da metáfora e da metonímia e sua relação com a antifilosofia, é preciso pontuar que o inconsciente em Lacan (1957/1998), neste momento, trabalha com o conceito que supõe o significante ainda mais liberado, livre de qualquer pretensão nominalista ou conceitualista, refém do “*meaning of meaning*” (sentido do sentido) (p. 501) que ainda era possível de ser localizável em Saussure. A noção de letra (*lettre*) já está presente nesse momento do ensino de Lacan (1955/1998, 1957/1998) e diz respeito ao “suporte material”⁷, à estrutura “essencialmente localizada do significante” (p. 505). A letra comparece como um conceito que permite romper os encaminhamentos de sentido contraprodutivos para pensar o alcance do significante. Um conceito que é “suporte material”, livre de qualquer associação com o significado e que serve de base para estabelecer uma segunda propriedade para o significante para além dos fonemas, isto é, se compor “segundo as leis de uma ordem fechada”, expressas na noção de “cadeia significativa” (p. 505). No entanto, o suporte material da letra é diferente do tipo de suporte material que o fonema oferece à voz, uma vez que a letra é um conceito que, diferentemente dos propósitos do fonema na fonologia, implica os aspectos da comunicação que precisam ser considerados pela experiência analítica. Com relação a esse debate, Lacan (1953/1998) circunscreve a comunicação em análise como uma fala dirigida ao Outro (A), de modo que tal referência passa cada vez mais a subsumir o tema de intersubjetividade.

7 Lacan (1957/1998) conceitua brevemente a letra como o “suporte material que o discurso concreto toma emprestado da linguagem” (p. 498). Por discurso concreto, Lacan (1953/1998) se refere ao campo que corresponde aos meios psicanalíticos, ou seja, os meios da fala. Nessa fala, que comporta o movimento da experiência analítica, se inclui o campo do discurso concreto, que antes havia sido descrito como o “campo da realidade transindividual do sujeito; suas operações são as da história, no que ela constitui a emergência da verdade no real” (p. 259).

Desse modo, com a noção de letra, metáfora e metonímia estão absolutamente conectadas, estruturadas no funcionamento do inconsciente mediante a cadeia significante. A noção de letra, como suporte material, também inicia os desdobramentos que o significante vai passar a ter com relação à topologia e aos avanços produzidos pelas estruturas topológicas do toro, garrafa de Klein, entre outras. Sendo assim, metáfora e metonímia são estruturas internas e preponderantes, e não simplesmente alusivas. Acerca do debate com a metafísica aristotélica, metáfora e metonímia não desempenham qualquer papel de predicação no funcionamento do inconsciente. Com o conceito de letra, a experiência analítica e sua relação com a fala também adquire um alcance no funcionamento do inconsciente que vincula diretamente fala e enunciação.

Nesse ponto, será a partir da enunciação o modo pelo qual Lacan (1961/1998) vai articular o que ele chama de o “mais sério” da linguagem (p. 906). A saber, o conceito mesmo de metáfora. Acompanhando mais diretamente: “Onde estou querendo chegar, se não a convencê-los de que o que inconsciente traz a nosso exame é a lei pela qual a enunciação jamais se *reduzirá* ao enunciado de qualquer discurso?” (p. 906). O significante com a letra confere essa condição de irredutibilidade à fala, ou seja, que, pela estrutura, isso não chega a se articular como enunciado. A estabilização do significado e a própria decisão de sentido que está implícita na fala derivam da articulação da linguagem como “cadeia”, a segunda propriedade do significante lacaniano. Nesse cenário, enfim, as estruturas da metáfora e da metonímia são homólogas às leis do inconsciente freudiano. Daí, finalmente, como marca Lacan (1957/1998), condensação e deslocamento assumirem o caráter de substituição e combinação.

Sobre a metonímia, Lacan (1957/1998) a articula como a “função propriamente significante” (p. 508). Tal conceituação se deve ao fato de que a construção do significante, na teoria do psicanalista francês, implica o funcionamento do significante no espaço de uma abertura e, nessa abertura, ocorre a conexão entre os significantes. A conexão de um significante a outro, longe de um vínculo associado ao sentido, ou, em oposição a Aristóteles, produto de um ser que pense nesse movimento, é sustentada pela atribuição de um sentido “latente” entre os significantes (p. 519). Desse modo, há outro apontamento antifilosófico: o sentido não é único, posto que ele é latente. O caráter metonímico reconhece o caráter suspenso da significação e os encadeamentos que os significantes adquirem em ligação a outras cadeias. Para cada enunciado, há um plano ulterior de significações que pode ser explorado. Em suma, a metonímia indica, por sua característica de deslizamento no inconsciente, a impossibilidade de reduzir a enunciação ao enunciado.

Quanto à metáfora, ao seu funcionamento, ela acompanha o movimento metonímico da cadeia. Nesse sentido, é equivocado separarmos, temporal e logicamente, metáfora e metonímia na cadeia significante, haja vista que é somente por causa do deslizamento (metonímia) que a metáfora consegue alcançar sua “centelha criadora” (Lacan, 1957/1998, p. 510), assim como a poesia bem expressa. A definição que Lacan (1957/1998) retoma de Aristóteles sobre a metáfora, “a substituição de uma palavra por outra” (p. 510), converge em aproximação com as vanguardas poéticas, particularmente no surrealismo (Breton, 1924/2001), de forma que a conjunção de dois significantes se faz de modo a suspender “qualquer controle da razão” e “preocupação moral e estética” (p. 40). A metáfora, portanto,

desvinculada totalmente da ideia de figuração, sob as ópticas da imaginação como criadora e do discurso aristotélico do ser.

Em termos formais, a partir da articulação da estrutura da metonímia, a metáfora comparece pelo movimento de deslizamento do significante. Do mesmo modo, na metáfora, “uma palavra por outra”, há sempre um movimento que a acompanha (a conexão metonímica). Para Lacan (1957/1998), acerca da metáfora, tratando-se de uma cadeia e sua perpetuidade do movimento, sua aparição, sua “centelha criadora”, surge no “entre dois significantes” (p. 510, grifo nosso). Mais uma vez, a irreduzibilidade do significante se aplaca e sua possibilidade no campo do sentido se dá no espaço de uma abertura, ao mesmo tempo que sua correspondência formal é coesa com o duplo funcionamento da metáfora e da metonímia na cadeia significante.

Considerações finais

Portanto, esclarecido como metonímia e metáfora se organizam, em consideração à cadeia significante e seu movimento, é possível, neste momento, retomar os efeitos dos conceitos lacanianos e as questões do ser. Além disso, situar novamente a operação antifilosófica a partir da discussão que fizemos anteriormente sobre o aforismo laciano de que “o inconsciente é estruturado como uma linguagem”. O que podemos dizer, seguindo certas teses de Badiou (2018), é que somente a rejeição sobre um tipo de ontologia não é exatamente a proposta de Lacan, tampouco uma prática antifilosófica. A questão laciana com a metafísica aristotélica, por exemplo, é uma rejeição aos seus princípios, ao mesmo tempo que não ignora os efeitos que ela produz. É o que fica claro com seu entendimento da metafísica como ato de des-ser do sentido.

Como salienta Cassin (2017), aproximando Lacan da sofística, consiste em notar uma estratégia de argumentação que se dá em dois tempos. Em um primeiro momento, “crítico em relação à filosofia”, ou à metafísica como equivalente ao discurso filosófico; posteriormente, em um tempo declarativo, existe algo “no qual se esclarecem algumas proposições-chave que geram *logia*” (p. 64). Podemos dizer que o propósito laciano, referente à sua “logia”, é devolver a razão freudiana à psicanálise. Para tanto, em vias epistemológicas na psicanálise, isso se fez também em dois tempos. Primeiramente, uma crítica às estratégias que tentaram até aquele momento articular a linguagem e o inconsciente; em seguida, uma ação *na* linguagem, de modo a nos oferecer provas da razão que se extrai do inconsciente.

De todo modo, vale lembrar que, porque existe um tempo declarativo sobre como ele articula a linguagem, isso ainda preserva o seu comprometimento com a verdade, mesmo que, na tradição antifilosófica, o sentido venha antes dela (Badiou, 2018). Enfim, podemos ressaltar que a teoria laciana do significante com a antifilosofia de fundo não é simplesmente um tipo de comentário ou crítica epistemológica sobre o significado e o sentido como único. Ou seja, os trabalhos que se orientam pela abordagem laciana da linguagem devem considerar que o critério de verdade advém da determinação significante. Em relação aos estudos entre filosofia e psicanálise que podem haver nessa direção, a delimitação antifilosófica é uma forma de evitar que os conceitos psicanalíticos assimilem a herança metafísica que liga o ser ao sentido como único.

Para concluir, um comentário de Lacan (1957/1998) pode nos orientar e também sintetizar o esforço de nossos argumentos durante este artigo, especialmente na última seção, acerca da metáfora e da metonímia e a relação com a antifilosofia:

[...] Para fazê-los ouvir que, se o sintoma é uma metáfora, dizê-lo não é uma metáfora, nem tampouco dizer que o desejo do homem é uma metonímia. Porque o sintoma é uma metáfora, quer se queira ou não dizê-lo a si mesmo, e o desejo é uma metonímia, mesmo que o homem zombe disso (p. 532, grifos do autor).

Nesse ponto, a ênfase lacaniana no verbo ser demarca a distinção do seu argumento e já nos indica a *logia* (Cassin, 2017) de sua proposta. Dito de outra forma, a metáfora na cadeia significante é uma estrutura que está contida na cadeia significante, acredite ou não, tendo em vista que, se ocorre o funcionamento dessa cadeia, as suas leis já operam naquele que as descreve. Isto é, semanticamente, a relação é de igualdade, e não de predicação; absoluto ponto de convergência, como afirmamos anteriormente. Destarte, isso é antifilosófico porque se recusa a possibilidade de que a metáfora seja, no interior de seu desenho teórico, um ponto de ancoragem para a verdade ou preservação de uma relação com o sentido. No que diz respeito à possibilidade de a metáfora se expressar como analogia, a teoria da metáfora lacaniana é uma recusa aos pressupostos semânticos, inclusive os que apareciam na teoria da retórica de Perelman. A ideia é suspender a vertente do significado como derivativa das articulações dos significantes na metáfora (Dunker, 2016). Da mesma maneira, a noção de metonímia, a sua algebrização sinaliza, no que tange ao desejo, a ênfase pelo sentido como operação e, desse modo, vai se opor a qualquer vertente existencial do desejo, como pode ser lida na proposta de Sartre (1943/2015). Assim sendo, é porque metáfora e metonímia operam no inconsciente que podemos distinguir seu valor. Quando estamos comprometidos a aceitar a precedência do significante, seu modo antifilosófico, é necessário reconhecer uma nova *logia*; em outras palavras, aceitar a sobredeterminação significante.

Referências

- Alemán, J. (2001). Introducción a la antifilosofía. *Virtualia*, 1(2), 1-9.
- Aristóteles (2002). *Metafísica* (texto grego com tradução e comentário de Giovanni Reale). São Paulo: Loyola.
- Badiou, A. (1997). A antifilosofia e o real como ato. *Letra freudiana: Colóquio Psicanálise e Filosofia – Sujeito e Linguagem*, 16(22), 27-44.
- Badiou, A., & Cassin, B. (2013). *Não há relação sexual: duas lições sobre “O aturdido” de Lacan*. Rio de Janeiro: Ed. Zahar.
- Badiou, A. (2018). *Lacan: anti-philosophy 3*. New York: Columbia University Press.
- Bevidas, W. (2000). *Inconsciente et verbum: psicanálise, semiótica, ciência, estrutura*. São Paulo: Humanitas FFLCH/USP.
- Breton, A. (2001). Manifesto do surrealismo. In Breton, A. *Manifestos do surrealismo* (pp. 13-64). Rio de Janeiro: Nau Editora. (Obra original publicada em 1924).
- Cassin, B. (2017). *Jacques, o sofista: Lacan, logos e psicanálise*. Belo Horizonte: Editora Autêntica.

- Deleuze, G. (2006). Em que se pode reconhecer o estruturalismo? In Deleuze, G. *A ilha deserta: e outros textos* (pp. 221-247). São Paulo: Iluminuras. (Obra original publicada em 1972).
- Dunker, C. I. L (2016). A estética da interpretação. In Dunker, C. *Por que Lacan?* (pp. 35-57). São Paulo: Zagodoni.
- Dunker, C. I. L (2017). A psicanálise como crítica da metafísica em Lacan. *Analytica: Revista de Psicanálise*, 6(10), 1-15. Recuperado em 04/11/2024 em: >pepsic.bvsalud.org/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S2316-51972017000100002&lng=pt&tlng=pt>.
- Freud, S. (2020). A negação. In Freud, S. *Neurose, psicose, perversão. Obras incompletas de Sigmund Freud* (pp. 305-310). Belo Horizonte: Autêntica. (Obra original publicada em 1925).
- Heidegger, M. (1973). Sketches for a history of being as metaphysics. In Heidegger, M. *The end of philosophy* (pp. 55-71). Chicago: University of Chicago Press.
- Jakobson, R. (1978). *Six lectures on sound and meaning*. Hassocks: Harvester Press.
- Lacan, J. (1978). Le rêve d'Aristote. *Conférence à l'Unesco. Colloque pour le 23e centenaire d'Aristote*. Publication par Unesco (Sycomore, pp. 23-24). Recuperado em 04/11/2024 em: <Lacan-Aristote (praxislacaniana.it)>.
- Lacan, J. (1980). Monsieur A. Recuperado em 04/11/2024 em https://nosubject.com/Monsieur_A.
- Lacan, J. (1981). *O Seminário, livro 3: as psicoses*. Rio de Janeiro: Ed. Zahar. (Obra original publicada em 1955-1956).
- Lacan, J (1985). *O seminário, livro 20: mais, ainda*. Rio de Janeiro: Ed. Zahar. (Obra original publicada em 1972-1973).
- Lacan, J. (1992). *O seminário: Livro 17: o avesso da psicanálise*. Rio de Janeiro: Ed. Zahar. (Obra original publicada em 1969-1970).
- Lacan, J. (1998). A ciência e a verdade. In Lacan, J. *Escritos* (pp. 869-892). Rio de Janeiro: Ed. Zahar. (Obra original publicada em 1966).
- Lacan, J. (1998). A instância da letra no inconsciente ou a razão desde Freud. In Lacan, J. *Escritos* (pp. 496-533). Rio de Janeiro: Ed. Zahar. (Obra original publicada em 1957).
- Lacan, J. (1998). Apêndice II: a metáfora do sujeito. In Lacan, J. *Escritos* (pp. 903-907). Rio de Janeiro: Ed. Zahar. (Obra original publicada em 1961).
- Lacan, J. (1998). Função e campo da fala e da linguagem em psicanálise. In Lacan, J. *Escritos* (pp. 238-324). Rio de Janeiro: Ed. Zahar. (Obra original publicada em 1953).
- Lacan, J. (1998). Seminário sobre a carta roubada. In Lacan, J. *Escritos* (pp. 13-66). Rio de Janeiro: Ed. Zahar. (Obra original publicada em 1955).
- Lacan, J. (2003). Radiofonia. In Lacan, J. *Outros Escritos* (pp. 400-447). Rio de Janeiro: Ed. Zahar. (Obra original publicada em 1970).
- Lacan, J (2003). Talvez em Vincennes. In Lacan, J. *Outros Escritos* (pp. 316-318). Rio de Janeiro: Ed. Zahar. (Obra original publicada em 1975).
- Lacan, J. (2012). *O seminário, livro 19: ... ou pior*. Rio de Janeiro: Ed. Zahar. (Obra original publicada em 1971-1972).

- Lévi-Strauss, C. (1996). A análise estrutural em linguística e em antropologia. In Lévi-Strauss, C. *Antropologia estrutural* (pp. 45-70). Rio de Janeiro: Biblioteca Tempo Brasileiro. (Obra original publicada em 1945).
- Lévi-Strauss, C. (1996). A eficácia simbólica. In Lévi-Strauss, C. *Antropologia estrutural* (pp. 215-236). Rio de Janeiro: Biblioteca Tempo Brasileiro. (Obra original publicada em 1949).
- Milner, J-C. (1996). *A obra clara*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar.
- Reale, G. (2001). Ensaio introdutório I. In Aristóteles, *Metafísica*. São Paulo: Loyola.
- Regnault, F. (1997). L'antiphilosophie selon Lacan. *Conférences d'esthétique lacanienne*, 57-80.
- Sartre, J. P. (2015). *O ser e o nada: ensaio de ontologia fenomenológica*. Petrópolis: Vozes. (Original publicado em 1943).
- Simanke, R. T. (2005). Nem filósofo, nem antifilósofo: notas sobre o papel das referências filosóficas na construção da psicanálise lacaniana. *Natureza humana*, 7(1), 9-58. Recuperado em 04/11/2024 em: <pepsic.bvsalud.org/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1517-24302005000200001>.
- Soler, C. (2006). Lacan en antiphilosophie. *Filozofski vestnik*, 27(2), 121-144.
- Tomšič, S. (2018). Psychoanalysis and antiphilosophy: the case of Jacques Lacan. In Cerdarueda, A. *Sex and nothing: bridges from psychoanalysis to philosophy* (pp. 81-103). New York: Routledge.
- Zafiropoulos, M. (2018). *Lacan e Lévi-Strauss ou o retorno a Freud (1951-1957)*. Rio de Janeiro: Ed. Zahar.

The antiphilosophical operation of Lacan's theory of signifier

Abstract

This paper examines the theory of the signifier as conceptualized by Lacan, along with the philosophical dimensions that his proposal raises. Our thesis is that there is an antiphilosophical operation in the way how Lacan assimilates the concept of signifier. We argue that a better understanding of the radical nature of this assimilation requires a critique of the history of philosophy, particularly within the metaphysical tradition. Thus, we first explore the notion of antiphilosophy in Lacan through the work of philosopher Alain Badiou. Our aim in this presentation is to explore the epistemological consequences of the signifier and the issues raised by Lacanian anti-philosophy. To achieve this, we will trace the historical development of the Lacanian conception of the signifier and engage in a debate with central themes such as meaning, the unconscious, metaphor, and metonymy. We argue that the relationship between philosophy and psychoanalysis, within the framework of anti-philosophy, does not merely reflect a critique or rejection of the philosophical tradition, rather, it signifies the potential for a form of reason or truth that acknowledges the significance of determination.

Keywords: Antiphilosophy, Signifier, Unconscious, Metaphysics, Language.

La operación antiphilosophique de la théorie du signifiant chez Lacan

Résumé

Cet article traite de la théorie du signifiant par Lacan, ainsi que des aspects philosophiques que sa proposition soulève. Notre thèse est qu'une opération antiphilosophique est présente dans l'assimilation du concept de signifiant chez Lacan. Nous soutenons que pour atteindre la radicalité de cette assimilation du concept de signifiant, il est nécessaire de critiquer certaines positions historiques en philosophie, en particulier celles de la tradition métaphysique. À cette fin, nous présentons d'abord la question de l'antiphilosophie chez Lacan à partir des travaux du philosophe Alain Badiou. Notre intention est d'aborder les aspects liés aux conséquences épistémologiques du signifiant et aux questions soulevées par l'antiphilosophie lacanienne. Notre objectif est de retracer la construction historique de la conception lacanienne du signifiant et de mener un débat entre l'antiphilosophie et des thèmes centraux tels que le sens, l'inconscient, la métaphore et la métonymie. En conclusion, nous établissons que la relation entre la philosophie et la psychanalyse, dans la voie antiphilosophique, ne se limite

pas à une critique ou à un rejet du philosophique, mais ouvre la possibilité d'une raison ou d'une vérité qui accepte la détermination signifiante.

Mots-clés: Antiphilosophie, Signifiant, Inconscient, Métaphysique, Langage.

La operación antifilosófica de la teoría del signifiante en Lacan

Resumen

Este artículo analiza la teoría del signifiante de Lacan, junto con las dimensiones filosóficas que su propuesta plantea. Nuestra tesis sostiene que la asimilación del concepto de signifiante en Lacan implica una operación antifilosófica. Defendemos que una comprensión más profunda de la radicalidad de esta asimilación requiere una crítica de ciertas posiciones históricas en la filosofía, especialmente en la tradición metafísica. En este sentido, primero exploramos la noción de antifilosofía en Lacan a través de la obra del filósofo Alain Badiou. Nuestra intención en esta presentación es explorar las consecuencias epistemológicas del signifiante y los problemas planteados por la antifilosofía lacaniana. Nuestra intención es abordar los aspectos relacionados con las consecuencias epistemológicas del signifiante y las cuestiones provocadas por la antifilosofía lacaniana. Como objetivo, recorreremos la construcción histórica de la concepción lacaniana del signifiante y llevamos a cabo un debate entre la antifilosofía y temas centrales como el sentido, el inconsciente, la metáfora y la metonimia. Al final, establecemos que la relación entre filosofía y psicoanálisis, en la vía antifilosófica, no señala simplemente una crítica o rechazo a lo filosófico, sino la posibilidad de una razón o verdad que acepta la determinación signifiante.

Palabras clave: Antifilosofía, Signifiante, Inconsciente, Metafísica, Lenguaje.

Recebido em: 05/11/2024

Revisado em: 25/04/2025

Aceito em: 07/05/2025